

O PROCESSO DE CATALOGAÇÃO DE COLEÇÕES ESPECIAIS: MOEDAS EM BIBLIOTECAS

Layra Andressa Paulino Bender
Simionato, Ana Carolina

RESUMO

Entre as responsabilidades das bibliotecas, estão a conservação e preservação de patrimônios históricos, culturais, sociais, entre outros, com o escopo de perpetuar para as diversas possibilidades de construção de memória. Instituídos a esse patrimônio estão as coleções especiais, compostas por diversos tipos de recursos, incluindo os acervos numismático. Nesse contexto, esse trabalho objetiva-se a analisar como os códigos de representação da Biblioteconomia, podem adequadamente representar o acervo numismático para que seja parte condicional do acervo de uma biblioteca, visto as novas possibilidades de relacionamento dos catálogos? Por meio de uma pesquisa exploratória e abordagem qualitativa, os procedimentos técnicos derivam a uma pesquisa bibliográfica, de nível nacional e internacional em fontes de pesquisa primárias, secundárias e terciárias. Os resultados apontam o pouco desenvolvimento da temática sobre o acervo numismático no país e ainda, a representação com os instrumentos de descrição e com o modelo conceitual. Considera que as novas formas de representação potencializam o acesso a diversos outros recursos que o catálogo da biblioteca possui, por meio das novas concepções de compartilhamento e relacionamento de registros informacionais.

Palavras-chave: Acervo numismático. Catalogação de moedas. Objetos tridimensionais. Coleções especiais. Moeda.

INTRODUÇÃO

A motivação desse estudo parte da identificação de acervos numismáticos e coleções especiais em bibliotecas do norte do Paraná – Brasil, durante os estudos e no mapeamento realizado pelo grupo de pesquisa (UEL). A partir disso, verificou-se que as bibliotecas Organização e Representação da Informação e do Conhecimento de Recursos Imagéticos (ORICRI), da Universidade Estadual de Londrina (UEL) apresentam uma diversidade de recursos identificados em coleções especiais, mas esses recursos nem sempre são característicos aos mesmos fundamentos do acervo tradicional de uma unidade de informação, ou mesmo, as formas de representação estão restritas aos códigos de catalogação mais utilizados no país.

Por estas razões, esse trabalho questiona-se como os códigos de representação da Biblioteconomia, podem representar o acervo numismático para que seja parte condicional do acervo de uma biblioteca, visto as novas possibilidades de relacionamento dos catálogos? Portanto, o trabalho objetiva-se analisar o recurso numismático e apresentar possibilidades para representação e apontar formas de relacionamento, entre outros recursos informacionais. Tendo como objetivos



específicos, verificar as regras da segunda revisão do *Anglo-American Cataloguing Rules* (AACR2r) e explorar os relacionamentos pelo modelo conceitual *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR).

A diversidade de recursos criados tanto no meio analógico quanto digital é crescente e dependendo do tipo de recurso pode carregar recordações históricas para diversos indivíduos, formando assim, as coleções especiais. Nesse sentido, as coleções especiais podem estar em qualquer formato, incluindo, mas não limitando aos acervos de livros raros, manuscritos, fotografias ou documentos pessoais. O acervo pode estender aos conjuntos de artefatos com valor monetário, raridade ou singularidade, tendo como compromisso de zelar o prazo de conservação e sobretudo, a preservação e o acesso.

Nesse contexto, as bibliotecas atuam como meio de informação e preservação do conteúdo histórico, com o escopo de perpetuar para as diversas possibilidades de construção de memória. Iniciadas pelos incentivos de acesso aberto aos registros descritivos conjunto as declarações feitas pela *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) que objetivam a assegurar uma melhor proteção aos patrimônios que envolvem acordos culturais, naturais, econômicos, sociais, religiosos, entre outros.

As coleções especiais

[...] são todos os documentos e suportes de informação que não aparecem no formato de um livro, mas sim, outros formatos como desenhos, gravuras, fotografias, microformas, mapas, gravações de som, audiovisual, partituras musicais, recursos eletrônicos, entre outros, com a exclusão dos trabalhos artísticos originais e cópias de objetos encontrados naturalmente. (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 1993, não paginado, tradução nossa).

Entretanto, as coleções especiais em muitas bibliotecas não apresentam como parte do acervo das próprias instituições, ou mesmo não são incluídas nos catálogos e representadas adequadamente. A representação e organização das propriedades físicas do recurso denomina-se como catalogação, sendo uma forma de apontar os elementos essenciais tendo a finalidade da recuperação da informação. A catalogação muitas vezes não consegue transmitir a pluralidade dos acervos em bibliotecas, principalmente em acervos que possuem as coleções especiais. Dentro do acervo de coleções especiais, Núñez Amaro e Valenciaga Díaz (2013) apontam que as atuais regras de catalogação são ambíguas, como exemplo, as regras para o material numismático, que se referem as moedas, excluindo os detalhes sobre a designação geral de material, no caso, também se refere ao termo dinheiro no suporte papel.

O artigo contribui para o desenvolvimento de pesquisas sobre o tema, visto que é pouco explorado no país, e também colabora com as discussões sobre a preservação e conservação do acervo numismático, por meio da organização e representação dos seus registros e assim, possibilitando o acesso ao recurso e seus relacionamentos com outros tipos de recursos informacionais.



1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi desenvolvida a partir de um caráter exploratório com uma abordagem qualitativa, onde procura-se identificar as possibilidades para a representação adequada do acervo numismático. Aos procedimentos técnicos, recorre-se à pesquisa bibliográfica, que consiste no desenvolvimento com base no material existente (GIL, 2002), por meio de um levantamento de nível nacional e internacional em fontes de pesquisa primárias, secundárias e terciárias.

Foram utilizadas na etapa de levantamento bibliográfico as fontes de informação: Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), *P@rthenon*, Catálogo da UEL, Portal de Periódicos da Capes e a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Nos idiomas, português, inglês e espanhol. A estratégia de busca utilizada nas bases de dados sobre o tema foi realizada em títulos, palavras-chave e resumos.

No entanto, a pesquisa identifica o pouco desenvolvimento da temática sobre o acervo numismático no país, foram encontradas fontes substanciais no idioma espanhol. Por esse motivo, entre os trabalhos de pertinência no assunto, foram destacados os autores: Varela Martínez (2009), Núñez Amaro e Valenciaga Díaz (2013), Otero Morán e Grañeda Miñón (2013), Otero Morán (2014). Além de diretrizes sobre o tema, como o guia de *Catalogación de materiales numismáticos* (2009) e *Guía de iniciación al coleccionismo de monedas* (2009).

Nas etapas seguintes para o apontamento dos resultados e a partir da análise, as considerações, foram utilizados os instrumentos de descrição *Anglo-American Cataloguing Rules, second revision* (AACR2r) e o *Machine-Readable Cataloging* (MARC 21), além do modelo conceitual *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR).

2. A CATALOGAÇÃO DE MOEDAS

Os materiais digitais estão cada vez mais expressivos em relação à velocidade de criação, ao volume de informações e a variedade de formas de registro. Esses fatos refletem sobre os processos de organização e representação da informação, todavia, alguns recursos ainda não incorporaram ao meio digital quanto seu valor e repercussão cultural, tal como alguns objetos tridimensionais, a exemplo da moeda, que entre suas transposições digitais lembradas pelo cartão magnético e os *bitcoins*, seu valor contextual ainda permanecem.

Mais especificamente, as discussões sobre as formas de representação mais contemporâneas não tangem a formatação das propriedades clássicas dos códigos de catalogação, por essa razão, inicia-se o estudo pelo *Anglo-American Cataloguing Rules, second revision* (AACR2r) traduzido ao Brasil, como Código de Catalogação Anglo-Americano.

A terminologia para o termo de objetos tridimensionais engloba diferentes tipos de recursos e objetos, incluindo o material numismático. Segundo o AACR2r (CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO-AMERICANO, 2004, p. 12 – apêndice D), os objetos tridimensionais são definidos como “Um artefato ou espécime que aparece na natureza em oposição a uma réplica.”



O AACR2r (CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO-AMERICANO, 2004) também explicita que os objetos tridimensionais são exemplificados por modelos, jogos (incluindo quebra-cabeças e simulações), moedas, esculturas e outras obras de arte tridimensionais, objetos de exposições, máquinas e vestuário. As regras também abrangem a descrição de objetos que aparecem ao natural, quando denominada de *realia*, incluindo espécimes para microscópio (ou suas cópias) e outros preparados para exame.

Muitos desses artefatos tridimensionais destacam-se pela dinamicidade da composição de suas coleções. “[...] a formação de coleções é provavelmente tão antiga quanto o homem, contudo, sempre guardou significados diversos, dependendo do contexto em que inseria. Por isso a coleção retrata, ao mesmo tempo a realidade e a história de uma parte do mundo onde foi formada [...]” (SUANO, 1986, p.14).

Dentre esses artefatos inseridos ao acervo numismático, esse trabalho destaca a moeda. A moeda originou-se como um produto do processo de troca de bens e de serviços, sendo uma forma de estabelecer padrões para a comercialização de produtos, substituindo a troca por mercadorias. “As primeiras moedas foram cunhadas em *lydia* capacidade oficial na península Anatólia (hoje Turquia), ao século VII a. C., embora a sua origem e utilização vieram de muitos anos anteriores.” (GUÍA DE INICIACIÓN AL COLECCIONISMO DE MONEDAS, 2009).

Otero Morán e Grañeda Miñón (2013, p. 138, tradução nossa) explicam que

Há mais de vinte séculos, as moedas são objetos necessários para a vida cotidiana e instrumentos oficiais do Estado que a emitiram, mas também, elas são inclusas como bens culturais que coletamos e amorosamente conservamos em museus como testemunhas da história e um legado para as gerações futuras.

As moedas como outros recursos mencionados anteriormente, também receberam a atenção, devido à repercussão internacional sobre as denominadas coleções especiais nas bibliotecas, que estão além do valor monetário, pois, há o vínculo com as questões de herança cultural e patrimonial da humanidade.

A partir do desenvolvimento das coleções é possível definir fundamentos sobre o patrimônio histórico, econômico e cultural de uma época, ou de um indivíduo, sendo essas particularidades incorporadas à representação e a organização desse tipo de acervo. Dessa forma, a representação adequada para qualquer coleção é fundamental, a fim de propiciar outros relacionamentos e com outros tipos de acervos.

A catalogação consiste na descrição das características de um item. O processo de catalogação pode oferecer pontos de acesso para que na localização do item almejado, o usuário possa identificar, selecionar e acessar o recurso informacional que foi descrito, ou mesmo, o seu conteúdo. Desta forma, a catalogação gera um registro bibliográfico com a descrição do item em sua forma física e de conteúdo (MEY, 1995, CATARINO; SOUZA, 2012). Simionato (2015, p. 16) destaca que “O registro, forma definida como produto da representação de um recurso informacional, deve apresentar especificidades significativas de códigos e formatos de descrição eficazes e eficientes.”

No caso das moedas, o processo da catalogação evidencia que “[...] na falta de fontes de informação, a interpretação do objeto deve ser suportada por uma formação científica e pela capacidade de interpretativa do objeto pelo catalogador.” (OTERO



MORÁN; GRAÑEDA MIÑÓN, 2014, p. 456, tradução nossa).

Para que a representação seja feita de forma uniforme, são necessários códigos e padrões de descrição como exemplo, o AACR2r. Dentre os capítulos do AACR2r, o recurso numismático se encaixa no capítulo 10, que compreende aos artefatos tridimensionais e realia. Em razão dos artefatos tridimensionais serem incluídos nessa abrangência, pela sua fabricação ou mesmo, por serem modificados por uma ou mais pessoas, realizados manualmente ou industrializados, como é o caso brasileiro, feito pela Casa da Moeda.

Nesse caso é importante ressaltar que a catalogação da moeda não se qualifica em qualquer outro capítulo do AACR2r, a não ser no capítulo de objetos tridimensionais, pelo motivo da moeda possuir características que dizem a respeito apenas a esta área, como desenhos e escritas em alto-relevo e entre outros detalhes. Entre os elementos descritivos, a catalogação da moeda deve ter os seguintes descritores: descrição do modelo, autoria, cidade, ano, material, código *Internacional Organization for Standardization* (ISO).

Varela Martínez (2009) aponta em sua tese que a descrição correta para o acervo numismático é que a identificação e a classificação de uma moeda sejam realizadas a partir da observação direta da peça, em ambos os lados - anverso e reverso, além da localização literária de referência incluída ao reverso da peça. Todavia, a autora (VARELA MARTÍNEZ, 2009) aponta que sempre haverá a necessidade de recorrer as criadoras ou de fontes seguras, como as já publicadas por pesquisadores para a identificação de alguns detalhes que são decorrentes das adversidades naturais.

Na estrutura física de uma moeda existem dois eixos, o horizontal e o vertical, já a lateral representa a espessura. Podendo ter as bordas serrilhadas, legenda ou gravuras. A pátina é o processo de oxidação da moeda, que na maioria dos casos aparenta a cor verde ou vermelho. Por isso, alguns colecionadores entendem que não devem ser retiradas as 'capinhas protetoras das moedas' (VARELA MARTÍNEZ, 2009).

A moeda possui a estrutura dividida e definida (VARELA MARTÍNEZ, 2009), em:

- Campo, considerado como todo espaço central da moeda;
- Orla é o contorno do centro da moeda e usualmente possui inscrições de nomes, origem, país entre outros.
- Bordo é a superfície lateral, ou seja, é o que determina a sua espessura e pode apresentar também adornos, legendas;
- Módulo, o diâmetro da moeda e é considerado como uma proteção da moeda;
- Rebordo, é o limite das laterais, dispõe de um pequeno alto relevo para evitar o desgaste;
- Exergo é onde está localizada a data.

Em sua composição, proporcionalmente a maioria das moedas podem derivar de metais como o ouro, prata, cobre e chumbo. Outro ponto significativo para a composição é que a química das moedas exige uma forma correta de guardá-las, higienizá-las, sem que danifique ou perca o valor agregado a elas.

Conjunto ao acondicionamento das moedas para preservação, a catalogação também torna responsável pela proteção da memória do material, caracterizados pela autenticidade do material e com isso, é garantido o seu valor mercadológico, uma forma de segurança aos colecionadores e para o produtor. A conservação e preservação dos



elementos tridimensionais, nesse caso a moeda, constitui à preservação do patrimônio cultural, nomeada a partir destes objetos metálicos.

A moeda possui diferentes formatos com base na estrutura mencionada anteriormente, como no exemplo será detalhado pelo *yen*, ao decorrer do trabalho. Como já visto, o capítulo 10 do AACR2r, corresponde as regras de descrição dos artefatos tridimensionais e realia, estes artefatos incluem dioramas – apresentação artística tridimensional, jogos, esculturas, máquinas, espécimes para microscópio e outros para exames.

Apesar da variedade do material, as áreas e os elementos que integram a sua descrição são os mesmos elementos que seguem as regras comuns de outros capítulos e do capítulo geral do código (primeiro capítulo, denominado por regras gerais). Ocasionado pela definição dos princípios de catalogação na construção do código, denominado como estrutura mnemônica, sendo as variações maiores na área de descrição física e nas notas, que passam a ter maior importância para a sua identificação.

No capítulo 10 é mencionado que as principais fontes de informação para os materiais abrangidos estão incluídas no próprio objeto. Caso tenha informações contidas no objeto de preferência a ela.

As fontes de informação apresentadas pelo AACR2r, são apresentadas no quadro 1.

Áreas	Fontes de informação
Título e indicação de responsabilidade (área 1) Edição (área 2) Publicação, distribuição etc. (área 4) Série (área 6)	Fonte principal de informação
Descrição física (área 5) Notas (área 7) Número normalizado e modalidades de aquisição (área 8)	Qualquer fonte de informação

Quadro 1 – Fontes de informação para a representação de objetos tridimensionais e realia (regra 10.0B2) pelo AACR2r

Fonte: CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO-AMERICANO, 2004, p. 10-3.

Devem conter na ficha catalográfica da moeda as seguintes informações, segundo o AACR2r e o quadro 1, a descrição do modelo, nome, seguido por cidade e ano, material. No caso da moeda a sua simbologia japonesa está o ano, por isso de grande importância suas escritas.

Com mais especificidade, o guia de catalogação de materiais numismáticos do Museu Nacional da Espanha (CATALOGACIÓN DE MATERIALES NUMISMÁTICOS, 2009) identifica como as fontes de informação apresentadas pelo quadro 2.

Processos	Fontes de informação
Identificação e classificação	Nome do objeto (ex.: real, <i>yen</i>) País / contexto cultural



	Emissor Cronologia Designação de valor Casa da Moeda
Descrição formal	Anverso Reverso Canto
Dados físicos e técnicos	Material utilizado Peso Molde Posição de moldes Técnicas de produção
Outros dados	Peculiaridades de fabricação Manipulações subsequentes Outras informações
Citação e bibliografia específica	(recorrer a outras fontes de informação)
Reprodução gráfica	(recorrer a outras fontes de informação)

Quadro 2 - Fontes de informação de materiais numismáticos

Fonte: Adaptação de CATALOGACIÓN DE MATERIALES NUMISMÁTICOS, 2009, p. 284-285.

A partir das fontes de informação já destacadas, o quadro 2 inicia aos princípios descritivos, referentes aos elementos utilizados para a descrição. Mas antes, é necessário destacar as questões sobre as regras de pontuação, edição, indicação de responsabilidade pertencente as regras 10.IAI, que retomam as regras gerais 1.0C e 1.0G.

Exemplo:

Segundo as informações disponibilizadas pela Wikipédia (2015), o iene (*yen*) foi introduzido no Japão durante o governo Meiji em 1870 e atualmente, é a moeda em circulação no mercado japonês, sendo representada pelo símbolo ¥. As imagens contidas no reverso das moedas representam flores ou plantas. A moeda de 1 iene possui um desenho de uma ‘muda’, árvore jovem. A simbologia para a jovem árvore condiz a crença que como a muda possa crescer, o dinheiro também está em crescimento. O escrito em torno do número 1 representa o ano que a moeda foi produzida.

A reprodução de 1 iene, pode ser observado pela figura 1.



Figura 1 - Iene

Fonte: Reprodução do original.

Assim, segue as fontes de informação no quadro 3, coletadas da figura 1.

Autor Principal: Casa da Moeda do Japão
Um Yen, em alumínio, do Japão – Era Heisei
Publicação: Japão : Casa da Moeda do Japão, 1955.
Descrição Física: 1 moeda : alumínio (1 grama) ; 20 mm
Notas: Anverso: muda, árvore jovem.
Reverso: 1 Yen e o período do imperador Heisei Akihito.
Assuntos: Moeda – Japão; Yen (Moeda)

Quadro 3 – Fontes de informação de ¥1

Fonte: Elaborado pelos autores.

Segundo as orientações do AACR2r (CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO-AMERICANO, 2004), o primeiro elemento descritivo é o título e ele deve ser transcrito exatamente de acordo com a grafia, e caso não tenha sido retirado da fonte principal de informação, a alternativa é registrar em uma nota mencionando a atribuição do título.

A indicação de responsabilidade é relacionada a pessoas ou entidades que são irresponsáveis pelo material. Pelas orientações do AACR2r (CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO-AMERICANO, 2004), as frases obrigatoriamente devem ser sucintas, ou seja, curtas e claras. Sendo que, a indicação de responsabilidade no capítulo em questão é mencionada os nomes de pessoas ou entidades de acordo com o seu grau de importância e relevância. Relativos à publicação e distribuição que não estejam incluídos e são considerados importantes podem ser descritos.

Dessa forma, apresenta-se o registro feito pelas instruções do AACR2r, no quadro 4.

Moeda japonesa / yen / Japão : Era Heisei

[Moeda japonesa] : ¥ 1 (1 iene - yen) / Casa da Moeda do Japão. – Tokyo : [], 1955

1 moeda : 100% alumínio ; 20 mm de diâmetro, 1,2 mm de grossura, peso de 1 g.

Anverso da moeda: simbologia de uma árvore jovem.



Reverso da moeda: representação de 1 yen e o período do imperador Heisei Akihito.

Código ISO 4217

1. Moeda Japonesa. 2. Yen, Japão. I. Título.

Quadro 4 – Ficha catalográfica de ¥1

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A área detalhes específicos do material não são aplicadas aos objetos de tridimensionais e de relia. Varela Martínez (2009) delinea que a catalogação destes materiais deve ser registrada informações como lugar, nome data, distribuição.

Nos detalhes físicos do material devem ser mencionados de que são feitos esses objetos. Por exemplo: ‘1 moeda : cobre’. Nesse momento, as dimensões do objeto devem ser representadas em centímetros, com a maior aproximação possível. No caso, de dimensões duplas, o registro deve ser feito altura x largura x profundidade. (CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO-AMERICANO, 2004).

A escolha dos pontos de acesso dos elementos tridimensionais e realia, o primeiro ponto de acesso deve ser o autor ou entidade responsável pela obra. (CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO-AMERICANO, 2004). Caso o material tenha uma reprodução, como por exemplo, esculturas ou obra de arte. Nesta situação deve ser feita uma entrada secundária, para a pessoa ou entidade responsável pela reprodução.

As moedas possuem um código ISO, é definido pela *Internacional Organization for Standardization*. Esse código é um padrão internacional para as moedas, isso quer dizer que cada moeda possui o seu código ISO, o número do ISO do 1 iene é 4247, por exemplo.

A ficha catalográfica dos artefatos tridimensionais e realia são utilizadas as regras para escolha de pontos de acesso principal e secundário, vistos no capítulo 21 do AACR2r e não possuem uma regra específica para esses artefatos, entretanto as regras gerais se aplicam a eles, estabelecendo assim, uma forma do seu cabeçalho.

Além do registro tradicional, ressalva-se a reflexão pela automatização dos registros, advindas pelo formato de intercâmbio de dados *Machine-Readable Cataloging* (MARC 21), sendo eles, bibliográficos ou mesmo de autoridade. Nesse sentido, a automatização dos registros, conforme aponta Núñez Amaro e Valenciaga Díaz (2013) permite que um projeto de banco de dados seja construído de acordo com as exigências das bibliotecas e garante que a informação seja recuperada considerando as principais áreas de descrição para o acervo numismático, que são identificadas como descrição, identificação e classificação, descrição formal e dados técnicos, já vistas pelo Guia de Catalogação de Materiais Numismáticos (2009).

A automatização dos registros com o uso do MARC 21 amplia a capacidade de localização e acesso, mas a utilização desse instrumento reflete a descrição já utilizada pelo AACR2r, tendo em vista que a estrutura descritiva é a mesma. Por isso, o trabalho direciona ao uso de novos instrumentos para a construção de registros informacionais, com o relacionamento pelo modelo conceitual FRBR.



3. OS RELACIONAMENTOS ENTRE A MOEDA COM OUTROS TIPOS DE RECURSOS

A estruturação de um registro deve multidimensionar as relações de um recurso com outro, favorecendo ao usuário navegar no catálogo a partir desses relacionamentos. Dessa forma, o bibliotecário poderá relacionar os registros que ele possui em seu acervo com os da coleção especial. Isso somente será possível com a reestruturação dos catálogos para que suportem os relacionamentos, sendo estes compostos pela família dos requisitos funcionais.

O bibliotecário poderá apresentar e divulgar os mais variados recursos que possui sobre um tema, por exemplo o tema ‘Japão’, mas poderia ser abordado outros recursos como de um artigo de um jornal em uma hemeroteca sobre o Tsunami em da própria biblioteca, a bomba atômica em Hiroshima, os edifícios sobre a bomba no Japão, questões relacionadas a economia do Japão. A relação de recursos não se restringe apenas ao recurso mais próximo, ela continuará relacionando com os outros recursos, por exemplo, a bibliografia do autor do livro ‘Memórias de uma gueixa’ outros livros relacionados ao autor ou a temática, no caso da xilogravura, há outras que fazem parte da coleção ‘Trinta e seis vistas do monte Fuji’ e pode ter informações na biblioteca referentes a parte histórica ou das características da xilogravura, sendo utilizada tanto por uma aula de história quanto de arte, no caso de uma biblioteca escolar, ou mesmo outros inúmeros relacionamentos temáticos com o recurso numismático, observados pela figura 2.

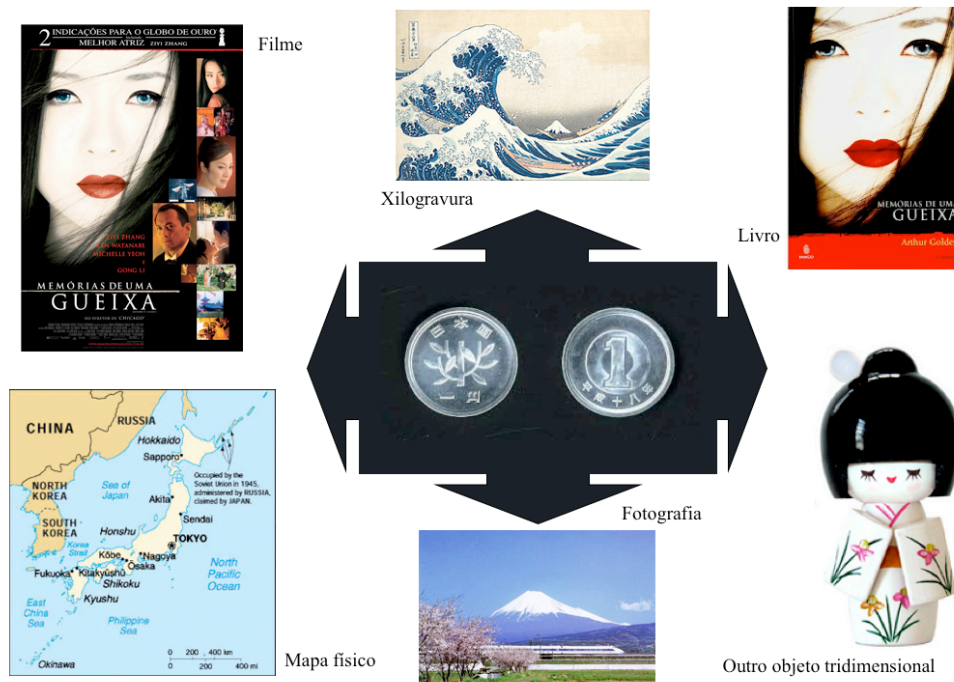


Figura 2 – Ilustração dos possíveis relacionamentos de um recurso numismático

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Quanto também a moeda poderá ter diversos relacionamentos desde sua concepção a sua finalidade de circulação. Para isso, diversos outros assuntos podem



estar relacionados com o recurso dependendo do foco da biblioteca e de seus usuários. Essas relações que poderão instigar o usuário a conhecer mais sobre o tema e consequentemente, haverá uma procura maior por outros recursos.

Nesse contexto, os *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR) publicado em 1998 (LE BOEUF, 2005) pela *International Federation of Library Association* (IFLA), possibilita a integração de seus registros para o relacionamento com outros tipos de recursos. As entidades do FRBR, entre acondicionadas ao grupo 1 (obra, expressão, manifestação e item), grupo 2 (pessoa e entidade coletiva) e grupo 3 (evento, objeto, lugar e item), podem determinar e direcionar a orientação do usuário no catálogo com os relacionamentos.

A relação temática constituída pelos exemplos anteriores e podem elucidar as relações ocasionadas pela utilização do FRBR, principalmente as relações do grupo 3, como seu aprofundamento para outro modelo denominado *Functional Requirements for Subject Authority Data* (FRSAD). Para Maxwell (2008) os requisitos FRBR oferecem um marco conceitual que possibilita aos estudiosos da representação descritiva, aperfeiçoamento da interoperabilidade tão necessária em ambientes digitais.

De acordo com Le Boeuf (2005) as quatro entidades do grupo 1 (obra, expressão, manifestação e item) são a essência dos FRBR. O grupo 2, explana sobre as entidades responsáveis pelo conteúdo intelectual, guarda ou disseminação das entidades do primeiro grupo. No grupo 3, as entidades que representam o conjunto de temas caracterizadores de uma obra, que já foram detalhados nos parágrafos anteriores.

Com o uso do FRBR, a figura 3 mostra os relacionamentos que propiciam a utilização em catálogos de bibliotecas e outras unidades de informação, que será detalhado no quadro 5.

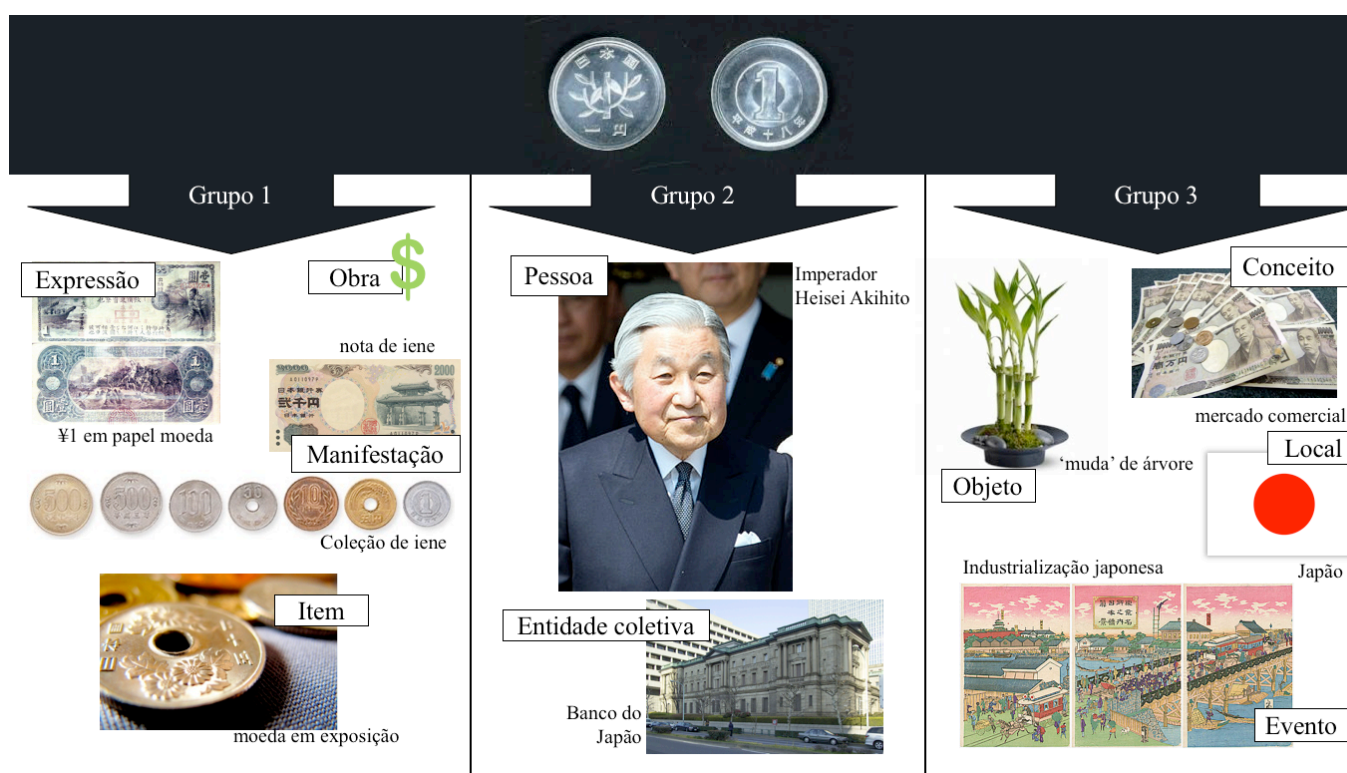


Figura 3 – Os relacionamentos de um recurso numismático pelo FRBR



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Pelo quadro 5, todas as entidades serão descritas pelo recurso numismático, adequando aos elementos descritivos do AACR2r.

	Entidade	Descrição
Grupo 1	Obra	A obra refere-se à criação intelectual do recurso, no caso do recurso numismático, a necessidade de um objeto de valor de troca faz parte da concepção inicial. Por exemplo, o relacionamento do 1 yen, teria a coleção de ienes criadas. No caso, o AACR2r não contempla as características intelectuais representadas pela entidade de obra.
	Expressão	A entidade expressão é a realização intelectual ou artística específica que assume uma obra ao ser elaborada. No caso do yen, seria as edições especiais ou comemorativas. A expressão, da mesma forma que a entidade obra, não é contemplada pelo AACR2r.
	Manifestação	A manifestação pode-se dizer que é a materialização da obra à exemplificação pelo item. No caso do material numismático há possibilidades para o papel-moeda e a moeda. Em relação as orientações do AACR2r, percebemos os elementos descritivos contidos no título (área 1), edição (área 2), publicação e distribuição (área 4), descrição física (área 5), notas (área 7) e pelo número normalizado (área 8).
	Item	O item significa o próprio objeto real de uma obra. Em razão disso, no AACR2r a expressividade do item daria pelo e modalidades de aquisição (área 8), como também seria a sua localização em um acervo físico, identificado pelo número de chamada, por exemplo.
Grupo 2	Pessoa	Indivíduo responsável pela criação ou realização de uma obra, ou seja, quem desenvolveu o recurso, representado pelo elemento descritivo de indicação de responsabilidade (área 1).
	Entidade Coletiva	São organizações ou grupos de indivíduos responsáveis pelo conteúdo intelectual, também representado pelo elemento descritivo de indicação de responsabilidade (área 1).
Grupo 3	Conceito	Trata-se de uma noção abstrata ou ideia que podem ser ampla ou específico, abrangendo abstrações que podem ser temáticas de uma obra, nesse caso, o AACR2r é contemplado por notas (área 7) e série (área 6).
	Objeto	Significa uma coisa material, que abrange uma completa categoria de coisas materiais que podem ser as temáticas de uma obra, indica-se as notas (área 7) e série (área 6) no AACR2r.
	Evento	É a entidade que inclui uma variedade de ações, ocorrências ou acontecimentos, também indicado por notas (área 7) e série (área 6) no AACR2r, além de possuir publicação e distribuição (área 4).
	Lugar	Entidade que se refere a uma localização, abrangendo uma série



		de localizações, indica-se as notas (área 7) e série (área 6) no AACR2r.
--	--	--

Quadro 5 - Entidades do FRBR e o recurso numismático

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Além da opção de representação pelos relacionamentos entre recursos, é possível a ampliação do catálogo para o contexto da *Web*, como exemplo, a disponibilização dos registros das moedas com o acesso aberto para busca histórica, cultural, econômica de outros usuários, como está acontecendo pelas iniciativas da *Library of Congress* (LC) e do instituto de padrões MARC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentou reflexões sobre as coleções especiais, em especial os objetos tridimensionais como o acervo numismático. A partir dessas reflexões constatou as formas para a representação adequada desse acervo, com o intuito de preservar e propiciar a localização e acesso, propiciando as relações com outros tipos de recursos informacionais.

Também foi apresentado uma proposta sobre a aplicação da catalogação de moedas de acordo com AACR2r, a partir dos princípios descritivos dos materiais tridimensionais e realia, caracterizado sobre a organização desses recursos, extensão, forma ou cor, tamanho, autor, nome do criador, data.

Ressalta-se que realizar o trabalho com a moeda de certa forma não foi uma tarefa fácil, a quantidade de material bibliográfico sobre o tema é escassa, principalmente em literatura brasileira, isso ocasiona um desconhecimento sobre o tema e a necessidade de fazê-lo.

A representação de moedas possui sua importância pelo fator científico, o pesquisador necessita de informações adequadas e precisas em relação a material consultado, que ele muitas vezes não conseguirá decifrá-lo, como também, sua proteção e conservação, para que preserve a memória e cultura de períodos determinados de utilização desse material. O principal usuário que consulta o acervo de moedas são os colecionadores, denominados como numismáticos, porém os pesquisadores também são destaques. Visto que, as coleções de moedas são diversas e podem estar em museus, bibliotecas ou em coleções particulares.

Por isso, a catalogação de moedas partindo do princípio científico de pesquisa, visa também à proteção da memória dessa moeda, podendo dessa forma ser catalogada de acordo com o AACR2r ou outro código de catalogação, sendo baseada em fundamentos realmente consistentes.

Buscou-se com esse trabalho, uma forma de facilitar a construção do registro desse material, assim, atender um modelo para os profissionais da informação seguirem como um possível padrão de catalogação de moedas.

Considera-se ainda que a construção de um registro bibliográfico é fundamental para relacionar recursos principalmente no ambiente da *Web*. Com isso, potencializa o acesso a diversos outros recursos que o catálogo da biblioteca possui, instigando o usuário a procurar mais recursos relacionados ao assunto original ou não, trazendo a si, as novas concepções de compartilhamento e relacionamento de registros com o FRBR.



REFERÊNCIAS

CATALOGACIÓN DE MATERIALES NUMISMÁTICOS. Organización do Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. Espanha. Madri: MCU.ES,2009. Disponível em: <http://www.mcu.es/museos/docs/MC/Tesoros/Numismatica/Catalogacion_Materiales.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2015.

CATARINO, M. E.; SOUZA, T. B. de. A representação descritiva no contexto da Web Semântica. **Transinformação**, Campinas, v. 24, n. 2, maio/ago. 2012. p. 77-90. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/766/746>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO-AMERICANO. 2. ed. rev. Tradução da Comissão de Documentação e Processos Técnicos da FEBAB. São Paulo: FEBAB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

LE BOEUF, P. (Ed.). **Functional requirements for bibliographic records (FRBR)**: hypeorcure-all?. Routledge, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas: 2002.

GUÍA DE INICIACIÓN AL COLECCIONISMO DE MONEDAS. Compilação feita pela fábrica nacional de la moneda y timbre. Madri: FNMT, 2009. Disponível em: <http://www.fnmt.es/documents/10179/38801/Guia_del_coleccionista.pdf/7da61ed7-0e82-48e6-8541-b72087559ef2>. Acesso em: 10 ago. 2015.

MAXWELL, R. L. **FRBR: a guide for the perplexed**. Chicago: American Library Association, 2008.

MEY, E. S. A. **Introdução à catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

NÚÑEZ AMARO, S.; VALENCIAGA DÍAZ, C. M. Propuesta para la recuperación de información em colecciones numismáticas mediante catalogación automatizada. **Bibliotecas y Anales de Investigación**, v. 8, n. 8-9, p. 86-109, 2013.

OTERO MORÁN, P.; GRAÑEDA MIÑÓN, P. La moneda, algo más que dinero. **Guía del Museo Arqueológico Nacional**. Madrid: Edición de la Secretaría General Técnica del Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2013. p. 130-138.

OTERO MORÁN, P. O. Moneda sem la historia: un recorrido por las salas del museo. **Boletín del Museo Arqueológico Nacional**, v. 32, p. 541-552, 2014.

SIMIONATO, A. C. **Modelagem conceitual DILAM: princípios descritivos de arquivos, bibliotecas e museus para o recurso imagético digital**. 2015. 200 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de



XI SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS – SEPECH
Humanidades, Estado e desafios didático-científicos
Londrina, 27 a 29 de julho de 2016

Mesquita Filho', Marília/SP, 2015. Disponível em:
<<http://hdl.handle.net/11449/123318>>. Acesso em: 18 jul. 2015.

SUANO, M. **O que é Museu?**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

VARELA MARTÍNEZ, I. **La catalogación de monedas**. Tese (Doutorado em Biblioteconomía y Archivonomía)- Escuela Nacional de Biblioteconomía y Archivonomía. 2009. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/13612/>>. Acesso em: 18 jul. 2015.